

## **34º Encontro Anual da Anpocs**

### **ST 20 – Mídia, política e eleições**

#### **A eleição para presidente no Brasil em 2010: avaliação preliminar <sup>1</sup>**

**Yan de Souza Carreirão<sup>2</sup>**

**Danilo Quadros da Silva<sup>3</sup>**

---

<sup>1</sup>Este trabalho é fruto de pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade e de Bolsas de Iniciação Científica.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de Iniciação Científica do CNPQ.

## **A eleição para presidente no Brasil em 2010: avaliação preliminar**

### **Apresentação**

O trabalho analisa alguns dos principais aspectos relativos à eleição presidencial de 2010: o contexto em que se desenrola o processo eleitoral, incluindo a evolução da avaliação do governo Lula, o processo de formação das principais candidaturas (e o conjunto de apoios a cada uma delas), a campanha eleitoral e a evolução das intenções de voto. O presente estudo se propõe a analisar um fenômeno que ainda está em andamento e que, eventualmente, pode perdurar até um momento posterior à realização do próprio Encontro, caso haja um 2º turno. Daí o caráter necessariamente em aberto desse paper.<sup>4</sup>

### **1. Formação das candidaturas e coligações**

Nove candidatos disputam a presidência da República: Dilma Roussef (Partido dos Trabalhadores) pela coligação “Para o Brasil Seguir Mudando” (PRB/PDT/PT/PMDB/PTN/PSC/PR/PTC/PSB/PCdoB), José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira) pela coligação “O Brasil Pode Mais” (PTB/PPS/DEM/PMN/PSDB/PTdoB), Ivan Martins Pinheiro (Partido Comunista Brasileiro, sem coligação), Maria Osmarina Marina Da Silva Vaz de Lima (Partido Verde, sem coligação), Plínio Soares de Arruda Sampaio (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, sem coligação), José Maria de Almeida (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, sem coligação), Rui Costa Pimenta (Partido da Causa Operária, sem coligação), José Maria Eymael (Partido Social Democrata Cristão, sem coligação) e José Levy Fidelix da Cruz (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, sem coligação).

Embora já houvesse antes indicações de que Dilma Roussef seria a candidata apoiada pelo atual presidente, é a partir de meados de 2008 que fica clara esta opção, tendo o presidente tornado explícito seu desejo de ter Dilma como sucessora e fazendo questão de vincular sua imagem aos bons resultados econômicos do país.

Tendo participado da luta armada contra o regime autoritário, Dilma Roussef vai desenvolver mais tarde uma militância dentro do PDT, sendo, junto com seu marido, uma

---

<sup>4</sup> Esta versão foi enviada à organização do 34º Encontro Anual da ANPOCS em 20 de setembro de 2010, quase duas semanas antes do 1º turno da eleição presidencial, retratando, portanto, a percepção dos autores neste momento.

das fundadoras e principais militantes do partido no Rio Grande do Sul. Nesta condição, ocupou vários cargos em administrações de que o partido participou durante as décadas de 80 e 90, tendo trocado o PDT pelo PT em 2000. No governo Lula ocupou os cargos de Ministra das Minas e Energia e Ministra da Casa Civil (desde junho de 2005, após a saída do então Ministro José Dirceu até março de 2010, quando se desincompatibilizou para se candidatar à presidência). Outro elemento de grande visibilidade foi a responsabilidade atribuída pelo presidente à candidata para “comandar” o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), conjunto de programas e obras realizadas no âmbito do governo federal, reunidos sob esta sigla a partir de 2007.

A pré-candidatura de Dilma Rousseff à presidência foi lançada oficialmente no dia 20 de fevereiro de 2010. A escolha da candidata foi uma decisão pessoal do presidente Lula, aprovada por aclamação durante convenção nacional do PT, revelando o completo controle do presidente sobre seu partido. É bem verdade que lideranças mais antigas e importantes do partido haviam sido muito desgastadas em episódios anteriores, reduzindo a margem de escolha do governo para a sucessão presidencial.

Entretanto, se a candidatura de Dilma já era prevista dois anos antes das eleições, o nome para ocupar a vaga de vice na chapa era incerto. A preferência era dada a um candidato que fosse do PMDB. Michel Temer, deputado federal e presidente do PMDB, era o favorito e vinha trabalhando internamente para construir sua candidatura. Como em outras vezes, havia divisões no partido, mas agora em menor grau. Algumas lideranças propunham que o partido deveria lançar um candidato próprio à presidência, destacando-se como principal possibilidade o nome de Roberto Requião, ex-governador do Paraná. Os poucos que defendiam apoio a uma candidatura de oposição ao governo federal (a José Serra, em particular) estavam muito enfraquecidos. Temer também não era unanimidade no PT e no governo, tendo este último o nome de Henrique Meirelles (presidente do Banco Central), também do PMDB, como preferencial. No entanto, Temer consolidou sua candidatura, conseguiu larga vantagem ao ser reconduzido à presidência do partido, isolando os grupos divergentes e no dia 12 de junho, com 84,8% dos votos, foi aprovado como candidato a vice-presidente em convenção realizada pelo partido.

O deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE) foi cotado como candidato à presidência da República desde o início das simulações para o pleito de 2010. Ciro sempre se mostrou disposto a ser candidato à presidência e em determinado momento parecia ser uma segunda opção do presidente Lula, caso sua candidata não “decolasse”.

A partir, porém, do momento em que a candidatura de Dilma se consolida, sofre forte pressão do Palácio do Planalto, além do próprio partido, para abdicar da candidatura. Em convenção realizada pelo partido, em 27 de abril de 2010, a executiva nacional do PSB retirou a pré-candidatura do deputado em prol da manutenção da aliança com o PT, visando os benefícios que esta aliança poderia trazer, principalmente em disputas regionais. Contrariado, Ciro fez inúmeros ataques ao PSB, ao presidente Lula e à candidata petista, mas, mais à frente passa a manifestar apoio àquela.

A candidatura do PSDB foi definida a partir de uma grande disputa interna entre dois nomes: Aécio Neves, ex-governador de Minas Gerais e José Serra, ex-prefeito de São Paulo, ex-governador de São Paulo, ex-senador e ex-ministro da Fazenda e da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso. Ambos disputaram a indicação do partido até o final de 2009, quando o mineiro anunciou, através da leitura de uma carta pública, que desistia da pré-candidatura à sucessão presidencial. Pressionado por alguns líderes do partido e considerando que precisava de uma decisão rápida sobre seu futuro político, Aécio saiu da disputa mesmo sem a realização de prévias, em que havia insistido antes, deixando, assim, o caminho livre para José Serra.

Com o anúncio da pré-candidatura de Serra, inicia-se um longo período de incerteza quanto à escolha do vice. Membros do partido tucano indicam uma possível chapa “puro-sangue” composta por Serra e Aécio; essa possibilidade, entretanto, foi refutada pelo próprio Aécio. Depois de algumas reviravoltas é anunciado o nome do deputado Índio da Costa (DEM-RJ) para ocupar a vaga. Entre as características da escolha, PSDB e DEM levaram em conta a juventude de Índio e o fato de ter sido o relator do projeto “Ficha Limpa”.

A candidatura de Marina Silva, pelo Partido Verde, começou a se tornar realidade já em 2009 quando anunciara sua desfiliação do PT, partido ao qual foi ligada por trinta anos. De origem humilde, nascida num seringal no interior do Acre e conhecida por sua militância ambientalista, Marina Silva foi Ministra do Meio Ambiente do governo Lula de janeiro de 2003 a maio de 2008, quando pediu demissão alegando falta de condições políticas para cumprir a agenda ambiental federal devido à resistência de outros setores do governo. Marina anunciou sua pré-candidatura em maio de 2010 junto com seu vice, o empresário Guilherme Leal. Apesar da pouca experiência política, Guilherme Leal foi considerado fundamental na composição da chapa, sendo capaz de atrair empresários com um discurso baseado em sustentabilidade. Além desses, mais seis candidatos de

pequenos partidos foram lançados, cabendo destacar quatro candidaturas de esquerda radical, das quais a mais importante é a do PSOL, com Plínio de Arruda Sampaio. São candidaturas com muito pouca expressão eleitoral, razão pela qual não serão objeto de análise nesse *paper*.

## **2. O contexto do processo eleitoral e as dúvidas ao início da campanha**

Se em 2005 o governo Lula se viu abalado por um dos maiores escândalos políticos da história recente – o escândalo do “mensalão” –, em 2006 houve uma reversão da tendência encontrada em todo o segundo semestre daquele ano, de declínio da avaliação do governo e o presidente Lula acaba reeleito em segundo turno com uma boa margem de vantagem sobre seu principal adversário (Geraldo Alckmin, do PSDB). Seguindo a literatura internacional sobre o tema (KEY, 1966, FIORINA, 1981, LEWIS-BECK, 1988, entre outros), boa parte da literatura brasileira (MUZSYNSKI E MENDES, 1990, MENDES e VENTURI, 1994, FIGUEIREDO, 1994, CARREIRÃO, 2002; ALMEIDA, 2008, LAVAREDA, 2009, entre outros) tem apontado a grande importância da avaliação feita pelos eleitores do desempenho dos governos na decisão de voto nas eleições majoritárias (prefeito, governador, presidente) no Brasil, sob o atual sistema partidário). Muitos dos analistas da eleição presidencial de 2006 mostraram a importância da boa avaliação da política econômica e social do governo (em especial a política de ampliação do poder de compra do salário mínimo e programas como o Bolsa-Família) para este resultado, superando o desgaste ético-político dos episódios do “mensalão” e do “escândalo dos alopados”, junto à maioria do eleitorado brasileiro (CARREIRÃO, 2007; HUNTER E POWER, 2007; LÍCIO, RENNÓ e CASTRO, 2009).

Ao longo do segundo mandato, o governo Lula foi melhorando sua avaliação junto ao eleitorado, vindo a alcançar recordes sucessivos de popularidade (considerando o período em que têm sido feitas pesquisas em âmbito nacional). O governo Lula começa seu segundo mandato com uma boa avaliação (48% de ótimo e bom, contra apenas 14% de péssimo e ruim). Comparativamente com outros presidentes, esta taxa de avaliação positiva já era maior do que todos os outros presidentes tinham alcançado, com exceção de José Sarney.

Embora o Datafolha só apresente dados relativos à avaliação de Sarney, com base em pesquisas de âmbito nacional, de 1987 em diante (quando teve um máximo de 11%

de ótimo e bom), em março de 1986, um mês após ser decretado o congelamento de preços (Plano Cruzado I), o governo Sarney chegou a alcançar 82% de ótimo e bom em pesquisa realizada em 10 capitais brasileiras (CARREIRÃO, 2002, p.187).<sup>5</sup> Collor teve um máximo de 36% de avaliação positiva (na primeira pesquisa feita após o início de seu governo); Itamar teve um máximo de 41% de ótimo e bom (ao final de seu mandato); FHC, teve um máximo de 47%, em seu primeiro mandato (em dezembro de 2006) e 31% no segundo (em julho de 2002). O próprio presidente Lula, em seu primeiro mandato, só alcança patamares semelhantes a esse no último semestre de 2006 (alcançando um máximo de 52%). Enfim, Lula começa seu segundo mandato com uma avaliação bastante positiva, em perspectiva comparativa com seus antecessores e consigo mesmo, se considerados os três anos e meio iniciais de seu primeiro mandato.

Ao longo de 2008 começa uma trajetória de crescimento da avaliação positiva do governo, que atinge 70% de ótimo ou bom em dezembro daquele ano. Em 2009 há oscilações, mas sempre com pelo menos dois terços do eleitorado avaliando positivamente o governo. E durante o ano de 2010 a aprovação ao governo sobe ainda mais, com percentuais de ótimo ou bom oscilando entre 73% e 79%. Concluindo: nos últimos três anos de sua gestão o presidente Lula alcançou as maiores taxas de aprovação desde que pesquisas nacionais passaram a ser feitas com regularidade, de 1987 para cá.<sup>6</sup>

Desagregando as avaliações por segmentos, vemos que ao longo de quase todo o período o governo foi melhor avaliado pelos homens (do que pelas mulheres), pelos eleitores menos escolarizados e de baixa renda. No que se refere à idade, houve oscilações ao longo do tempo, mas nas pesquisas mais recentes há pouca variação. Quanto à região, Lula tem sido bem melhor avaliado na região Nordeste, seguida, em geral, das regiões Norte e Centro-Oeste (agregadas pelo Datafolha), Sudeste e Sul. Na última pesquisa para a qual temos dados, os percentuais de ótimo e bom são os seguintes: 87% (NE), 78 % (NO/CO), 74 % (SE) e 72 % (Sul).<sup>7</sup>

Era esperado, portanto, que num contexto como esse, que qualquer candidato que representasse a continuidade do governo Lula, tivesse grandes chances de se eleger.

---

<sup>5</sup> É de esperar, portanto, que teria alcançado patamar pelo menos tão alto se tivessem sido feitas pesquisas em âmbito nacional neste período, já que o eleitorado das capitais costuma ser mais crítico em relação aos governos do que o conjunto do eleitorado nacional.

<sup>6</sup> O que deixa de fora o único período após a redemocratização em que taxas desse porte podem ter sido atingidas: o período em que vigorou o Plano Cruzado I, entre fevereiro e novembro de 1986.

<sup>7</sup> Não serão apresentadas aqui as tabelas a partir das quais foi feita essa análise, por problema de espaço.

Além disso, no âmbito do governo os principais partidos da coalizão estavam firmes no apoio à candidatura escolhida pelo presidente já pelo menos desde 2008.

No que se refere à oposição ao governo Lula (nucleada pela coalizão PSDB, DEM e PPS), a avaliação predominante é a de que não conseguiu definir um norte ao longo do segundo mandato do presidente Lula, pois não formulou alternativas claras às principais linhas de ação governamental, nem fez um exercício de crítica fundamentada aos eventuais problemas na gestão em exercício. Vários analistas indicavam que nem sequer tentava disputar com o governo e o PT a interpretação sobre a realidade brasileira, em especial sobre o papel dos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Frente a um trabalho sistemático do presidente e do PT em disseminar a versão da “herança maldita” que teriam recebido do governo anterior, nem o PSDB, como partido, nem seus candidatos a presidente em 2002 e 2006 faziam a defesa do governo FHC, provavelmente com medo de desgaste, já que as pesquisas apontavam a impopularidade do ex-presidente. No plano mais conjuntural, pesava contra a oposição o fato de não haver uma candidatura consensual já há mais tempo, como tinha o governo (vide a disputa entre Serra e Aécio) e a dificuldade para achar o nome de um candidato a vice-presidente.

Uma candidatura de “terceira via”, como a de Marina Silva, teria que romper com o virtual “bipartidarismo” de fato que se estabeleceu nas eleições presidenciais brasileiras desde 1994, opondo PT e PSDB. Embora contasse com uma biografia interessante, as principais dificuldades da candidata eram o baixo grau de sustentação político-partidária à sua candidatura (o que inclui apoios nos Estados, tempo de TV etc) e a possível limitação da penetração eleitoral de seu discurso centrado nos temas do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável – temas que, se tem certo poder de catalização, especialmente nas camadas médias, não encontram tanto eco nas camadas mais pobres da população.

Ponderando tudo, o cenário era muito favorável a uma candidatura governista. Apesar disso, quando do lançamento das candidaturas, havia algumas dúvidas sobre como se desdobraria a campanha e como evoluiriam as intenções de voto. Antes de entrar na análise das campanhas e com base numa rápida revisão da literatura, vamos tentar situar quais eram as principais dúvidas naquele momento.

A maior dúvida estava centrada na avaliação que os eleitores fariam dos atributos dos candidatos, outro fator de grande relevância na decisão de voto dos eleitores

(WATTENBERG, 1991, MILLER e SHANKS, 1996, CARREIRÃO, 2002; ALMEIDA, 2008) e qual o peso dessa avaliação frente à avaliação do desempenho do governo Lula. De um lado, José Serra, com um enorme currículo (deputado federal, senador, prefeito da capital paulista, governador por São Paulo, ministro da Fazenda e da Saúde) e testado há décadas nas disputas eleitorais; de outro, uma candidata (Dilma Roussef) com experiência administrativa, mas sem nenhuma experiência eleitoral. Em relação a isso, como seria o desempenho de Dilma Roussef, ao enfrentar sua primeira campanha eleitoral, tendo que participar de debates, entrevistas, sabatinas? Se não se sáísse bem, pesaria mais na decisão da maioria dos eleitores a avaliação do governo Lula, ou a avaliação dos atributos dos candidatos?

Outras dúvidas: como funcionariam os apoios eleitorais nos Estados? Que palanques cada candidato conseguiria formar? Uma dúvida relevante era em relação ao efetivo apoio que seria dado por Aécio Neves à campanha de Serra. Quanto à disputa entre os dois candidatos, em que grau seria utilizada a campanha negativa (ênfatizando críticas ao adversário)? E quais os impactos desse tipo de campanha?

Uma outra dúvida era relativa à capacidade da candidata Marina Silva conquistar um eleitorado mais amplo do que o que tem cabido a terceiros candidatos (além dos do PT e do PSDB) nas eleições presidenciais de 1994 para cá. Conseguiria a candidata romper a polarização PT x PSDB, constituindo-se em uma alternativa competitiva, a partir de um discurso centrado na temática do meio ambiente/desenvolvimento sustentável, mesmo tendo uma base de sustentação político-partidária frágil? Ou conseguiria ampliar seu discurso, mostrando que estava preparada para efetivamente governar um país com a complexidade do Brasil?

Vamos tentar analisar, na próxima seção, qual a direção tomada pelas campanhas e, mais à frente, os possíveis impactos das campanhas na evolução das intenções de voto, tentando nos aproximar das respostas (provisórias, dado que a campanha está ainda em andamento) a essas questões acima.

### **3. As campanhas eleitorais**

Antes de entrar na análise dos principais recursos e das estratégias envolvidas nas campanhas, vale destacar que bem antes do período oficial de campanha, iniciado em 17 de agosto, houve muita atividade, em programas partidários, comícios e inaugurações de

obras, principalmente por parte dos dois principais candidatos, daí resultando várias multas aplicadas pelo TSE a eles, como também ao presidente Lula (seis, ao todo), por fazer campanha antecipada para sua candidata.

### 3.1. Os recursos de campanha

Neste item serão analisados os recursos financeiros declarados pelos candidatos em seus orçamentos de campanha, o tempo de TV no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e os apoios com que contam os principais candidatos (Dilma e Serra) nos Estados, a partir das candidaturas a governador.

No que se refere aos orçamentos apresentados originalmente pelos candidatos ao TSE, o de Serra era o maior, seguido do de Dilma Roussef e de Marina Silva, que, com apoio de um grande empresário, apresenta um orçamento bastante grande. Entre os candidatos “nanicos” Eymael e Levy Fidelix tinham orçamentos consideráveis. Já os quatro candidatos de pequenos partidos de esquerda apresentaram orçamentos abaixo de um milhão de reais (embora haja bastante diferença entre o PSOL e os demais). A execução orçamentária efetiva, porém, tem mostrado que a candidata do governo dispôs até o começo de setembro de um volume bem maior de recursos do que seus adversários (Tabela 1).

**Tabela 1. Orçamentos originais apresentados ao TSE (Presidente - 2010)**

<b>Candidato</b>	<b>Orçamento Previsto (em Reais)</b>	<b>Despesas efetivas (até 03/09/10)</b>
Dilma Roussef (PT)	157.000.000,00	38.977.357,16
José Serra (PSDB)	180.000.000,00	25.247.696,21
Marina Silva (PV)	90.000.000,00	11.781.660,65

Fonte: TSE

Quanto ao tempo de TV no HGPE, a vantagem é da Dilma Roussef, com 10 minutos e 38 segundos de TV. O candidato peessedebista vem em seguida, com 7 minutos e 18 segundos. Aqui a competitividade da candidata do PV é bem mais baixa, com apenas 1 minuto e 23 segundos. O mesmo se pode dizer em relação aos candidatos “nanicos”, com pouco mais (Plínio Sampaio, do PSOL) ou menos de 1 minuto (demais candidatos). Embora um maior tempo de TV não necessariamente resulte em uma vantagem acentuada - especialmente porque o tempo de Serra também é suficiente para

apresentar bem suas propostas e críticas ao governo - não deixa de ser uma vantagem para a candidata governista, que conta com recursos e uma boa equipe de produção de campanha.

### **3.2. Os apoios nos Estados (candidatos a governador)**

Considerando os apoios obtidos nos principais estados brasileiros, nas candidaturas a governador, a situação de Dilma Roussef é mais confortável do que a de José Serra. Esse último, a princípio teria “bons palanques” em São Paulo, onde Alckmin aparece como favorito (com uma coligação que inclui PSDB, PMDB, DEM e PPS, além de outros pequenos partidos), Paraná (com Beto Richa, PSDB, com uma grande coligação envolvendo DEM, PPS e mais 11 partidos), Santa Catarina (Raimundo Colombo, DEM/PSDB/PMDB e outros), Distrito Federal (Roriz, apoiado por 9 partidos) e Minas Gerais (Antonio Anastásia, numa ampla coligação). O problema é que entre o apoio formal e o efetivo há alguma distância, em alguns casos, onde os candidatos a governador não vinculam suas candidaturas no HGPE ao nome de Serra. Especialmente importante é a falta de um apoio mais efetivo por parte de Aécio Neves, não só em Minas Gerais, mas na campanha nacional. Além disso, especialmente no Nordeste as bases de apoio a Serra são frágeis: em Pernambuco e Bahia, as forças políticas de Jarbas Vasconcelos e Paulo Souto não são comparáveis às dos atuais governadores, Eduardo Campos e Jacques Wagner, respectivamente. O mesmo se pode dizer do Ceará. No Sul, o problema é o Rio Grande do Sul, onde a governadora Yeda Crusius está muito debilitada.

Do lado de Dilma Roussef, uma das principais diferenças em relação às eleições anteriores, desde 1994, é que o PMDB, que a apóia, saiu praticamente unido, tendo indicado o nome de Michel Temer para vice-presidente em sua chapa. Isso permitiu a formação de apoios bem mais sólidos do que contou, por exemplo, o presidente Lula em 2006 (quando teve uma sustentação bem mais sólida do que em 2002). Os principais apoios à candidatura Dilma nos Estados mais importantes são, no Rio Grande do Sul, Tarso Genro, à frente nas pesquisas; no Paraná, além do candidato a governador Osmar Dias, do PDT (PDT / PT / PMDB / PSC / PR / PC do B), o ex-governador Roberto Requião, do PMDB; no Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral, candidato à reeleição apoiado por uma fortíssima coligação; em Minas Gerais, Hélio Costa, do PMDB. No Nordeste tem o apoio dos candidatos mais fortes nos Estados de maior

população (Jacques Wagner na Bahia, Eduardo campos, em Pernambuco e Cid Gomes, no Ceará). Em outros Estados, apesar dos candidatos a ela vinculados não estarem bem nas pesquisas, tem peso eleitoral significativo: é o caso de Aloísio Mercadante, em São Paulo e Ideli Salvatti em Santa Catarina. E, o mais relevante: todos estes candidatos (e os demais que a apóiam) têm todo o interesse em se mostrar aliados do presidente Lula e sua candidata, o que reforça a campanha de Dilma Rouseff.

Dessa forma, no que respeita ao conjunto de forças partidárias e candidaturas a governador, o cenário é mais favorável a candidata do governo.

### **3.3. As estratégias e o desenrolar das campanhas**

Não se trata aqui de fazer uma análise minuciosa de como os candidatos usaram seu tempo no HGPE, ou como se comportaram em debates, entrevistas etc. O objetivo é bem menos pretensioso; busca-se apenas uma avaliação impressionista das principais estratégias das campanhas de José Serra e Dilma Rouseff e das mudanças nessas estratégias ao longo do tempo, de forma a apanhar o que nos parece mais relevante para o entendimento do desenrolar da disputa eleitoral.

Apesar da experiência administrativa, Dilma Rouseff ainda era pouco conhecida por boa parte da população no momento de sua escolha como candidata, principalmente pelo fato de nunca ter disputado nenhum cargo eletivo. De início há uma apresentação da candidata, com referências a certos aspectos de seu passado político. A estratégia central de Dilma Rouseff, porém, como previsto, tem sido desde muito antes de começar o período oficial de campanha eleitoral e durante todo o HPEG, até aqui, a de “colar” sua imagem à de Lula e associar os programas e resultados do governo Lula às suas ações. Importância fundamental tem tido a aparições do presidente Lula na campanha (e pré-campanha) <sup>8</sup>.

A comparação entre os governos dos presidentes Lula e FHC é uma tônica dos programas de campanha. A ênfase tem sido nos bons resultados na área econômica – manutenção da estabilidade econômica com crescimento econômico, gerando milhões de empregos – aliando-se a programas sociais abrangentes (Pró-Uni, Luz para Todos, mas principalmente o Bolsa Família, que beneficia um total de 12,6 milhões de famílias), tudo

---

<sup>8</sup> As seis multas aplicadas pelo TSE ao presidente por fazer campanha a favor de sua candidata quando isso ainda não era permitido revelam a importância que teve para a estratégia da candidata estabelecer esta associação entre ela e o presidente o mais cedo possível.

isso resultando na saída de milhões de brasileiros da condição de pobreza absoluta. Do ponto de vista dos esforços governamentais visando crescimento, emprego e renda, o destaque da campanha petista é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, vinculado fortemente ao nome de Dilma.<sup>9</sup> Mas, também em outras áreas, a associação de Dilma às ações do governo Lula tiveram impacto na avaliação dos eleitores (como será visto no item 5).

A campanha de Serra começou apresentando o candidato, sua infância humilde, seu papel como líder estudantil, mas a ênfase foi em suas realizações como prefeito, senador, governador e ministro. Destaque especial foi dado às ações como Ministro da Saúde, até porque a saúde é apontada como o principal problema brasileiro, nas pesquisas de opinião. O objetivo tem sido o de mostrar sua experiência e competência como administrador. O candidato evitou, no início do HGPE, críticas ao governo e especialmente ao presidente Lula. O tom era até elogioso e em um dos programas da TV chegou a veicular uma imagem em que aparecia o presidente. Mas salientava sua experiência político-eleitoral e administrativa e sua autonomia para tomar decisões, não dependendo de quem o tutelasse, visando a comparação com a candidata petista (embora não a mencionasse diretamente). À medida que sua situação na disputa piora, aumentam um pouco às críticas à candidata petista e aparecem críticas ao governo e ao PT.

Ao final de agosto, porém, a campanha vai tomar um rumo diferente, bem mais crítico, a partir de denúncias feitas em órgãos da imprensa envolvendo o governo e a candidata Dilma Roussef. Diversos nomes importantes do PSDB e com vínculos com o candidato José Serra - entre eles Eduardo Jorge, vice-presidente do partido, Luis Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro no governo Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-arrecadador informal da campanha de Serra ao senado em 1994, além da filha do candidato José Serra - tiveram seu sigilo fiscal violado em setembro de 2009. Reportagens da revista Veja (de maio de 2010) e do jornal Folha de São Paulo (de junho) já afirmavam que dados fiscais relativos a essas pessoas haviam sido encontrados num dossiê em poder de uma “central de inteligência” ligado à campanha de Dilma Roussef. A comprovação de que os sigilos daquelas pessoas ligadas ao candidato José

---

<sup>9</sup> De acordo com pesquisa do CNT/Sensus publicada em maio de 2010, apenas 20,8% dos entrevistados dizia conhecer o PAC. Este percentual deve ter aumentado ao longo da campanha. De toda forma, mesmo que as pessoas não conheçam detalhes do Plano, a veiculação das imagens das obras, com a candidata aparecendo como a grande condutora pela sua execução deve ter tido influência na formação da imagem de uma candidata experiente e preparada para governar.

Serra haviam sido violados foi possível após Eduardo Jorge conseguir judicialmente acesso ao processo que corria no âmbito da Receita Federal. A partir da última semana de agosto, ao longo de cerca de três semanas foram aparecendo novas informações sobre quais pessoas tiveram seus sigilos violados e quais estariam envolvidas nestas violações. Estas informações e as reações do governo, das autoridades envolvidas e dos principais candidatos e líderes partidários tiveram grande repercussão nos meios de comunicação na última semana de agosto e na primeira de setembro, dando margem a uma mudança significativa na campanha de Serra, que passa, especialmente em entrevistas, a acusar o governo e a Receita Federal por permitirem a violação, o PT e Dilma Roussef por tentarem usar estes dados em dossiês que seriam utilizados contra ele. No HGPE, isso acontece partir do dia dois de setembro e será usado a partir dali em vários programas do candidato, principalmente ao final do horário, quando um comentarista aparece fazendo estas denúncias.

A candidata, o PT e, em particular o presidente tentam desqualificar o uso das denúncias, como parte de uma estratégia de desespero eleitoral do adversário, que estaria querendo ganhar o jogo no “tapetão”.<sup>10</sup> Quanto a isso, mesmo contendo o risco de formar uma imagem de que a candidata não saberia “se defender sozinha”, a forte intervenção do presidente Lula neste episódio deve ter contribuído para que a extensão de eventuais danos eleitorais fosse reduzida.<sup>11</sup>

Outro episódio importante durante a campanha, dessa vez envolvendo a então ministra da Casa Civil Erenice Guerra - principal ex-assessora da candidata Dilma Roussef quando ocupou aquela pasta e guindada ao cargo de ministra por indicação de Dilma -, é o das denúncias de que haveria um esquema de *lobby* na Casa Civil, envolvendo familiares e, eventualmente a própria ministra, denúncias que acabam por levar à sua demissão.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Já que com base nas denúncias o PSDB entrou com uma ação junto ao TSE (que foi rejeitada) de impugnação da candidatura de Dilma Roussef.

<sup>11</sup>Embora estas intervenções tenham resultado em muitas críticas a seu comportamento, mais próximo do de chefe de facção do que de um chefe de Estado.

<sup>12</sup> A revista *Veja* denuncia, em sua edição nº 2182, distribuída no dia 12 de setembro, um esquema de *lobby* que seria comandado por um dos filhos da ministra Erenice Guerra, que envolveria a ministra e outros parentes seus, a partir de empresas ou cargos na administração pública. Outra denúncia feita a partir de outro empresário, desta vez publicada pela *Folha de São Paulo*, em 16 de setembro, reafirma a existência de atividades lobbistas no âmbito da Casa Civil.

Serra novamente vai utilizar as denúncias para atingir a candidata adversária, apontando a Casa Civil (desde José Dirceu, passando por Dilma e por Erenice Guerra) como fonte de corrupção. Numa alusão ao passado de Dilma Roussef como militante na luta armada contra o regime autoritário, mostra no HGPE Dirceu se referindo à candidata como “companheira de armas”, na cerimônia de passagem do cargo de ministro da Casa Civil. Quanto ao governo e sua candidata, num primeiro momento (após a denúncia inicial) adotam a mesma estratégia anterior, afastando qualquer relação entre a denúncia e o governo (e a candidata), insinuando se tratar, mais uma vez, de “desespero eleitoral” o uso pelo adversário das denúncias na campanha. Com o aparecimento da segunda denúncia, no dia 16 de setembro, porém, o tratamento mudou. De forma a minimizar danos à candidatura, o presidente força a ministra Erenice Guerra a se demitir, para que as investigações se dêem de forma mais isenta, o que é respaldado por sua candidata.

Esperamos ter apontado aqui, as tendências na condução das campanhas dos dois principais candidatos, a partir das estratégias iniciais e as mudanças nessas estratégias, pelo menos até o momento do fechamento desse paper, na medida em que o cenário da disputa foi se modificando e denúncias relevantes foram aparecendo

#### 4. A evolução das intenções de voto

A Tabela 2 apresenta a evolução das intenções de voto no 1º turno da eleição, a partir dos dados de pesquisas realizadas pelo Datafolha, desde o início do 2º mandato do presidente Lula até abril de 2010, num cenário que incluía Ciro Gomes e, em parte do período, Heloisa Helena como candidatos. Marina Silva só aparece num dos cenários apresentados pelo instituto a partir de agosto de 2009. Embora isso gere dificuldades de comparação, achamos que é relevante considerar o que ocorria quando aqueles dois candidatos apareciam como possíveis candidatos à presidência. Mais à frente analisamos a evolução da disputa considerando um cenário em que aparecem apenas Serra, Dilma e Marina, mais alguns dos candidatos “nanicos”.

**Tabela 2 – Evolução da intenção de voto no primeiro turno 03/2008 a 04/2010 (%)  
(Cenário com Ciro e Heloísa Helena) –**

<b>Data pesquisa</b>	<b>José Serra</b>	<b>Dilma Roussef</b>	<b>Marina Silva</b>	<b>Ciro Gomes</b>	<b>Heloísa Helena</b>	<b>Nenhum/B/N</b>	<b>NS/NR</b>
25 e 27/3/08	38	3	--	20	14	16	9
25 a 28/11/08	41	8	--	15	14	16	9

16 a 19/3/09	41	11	--	16	11	13	8
26 a 28/5/09	38	16	--	15	10	13	8
11 a 13/8/09	36	17	3	14	12	11	7
14 a 18/12/09	37	23	8	13	--	9	10
24 a 25/2/10	32	28	8	12	--	9	10
25 e 26/3/10	36	27	11	8	--	7	11
15 e 16/4/10	38	28	10	9	--	7	8

Fonte: Datafolha.

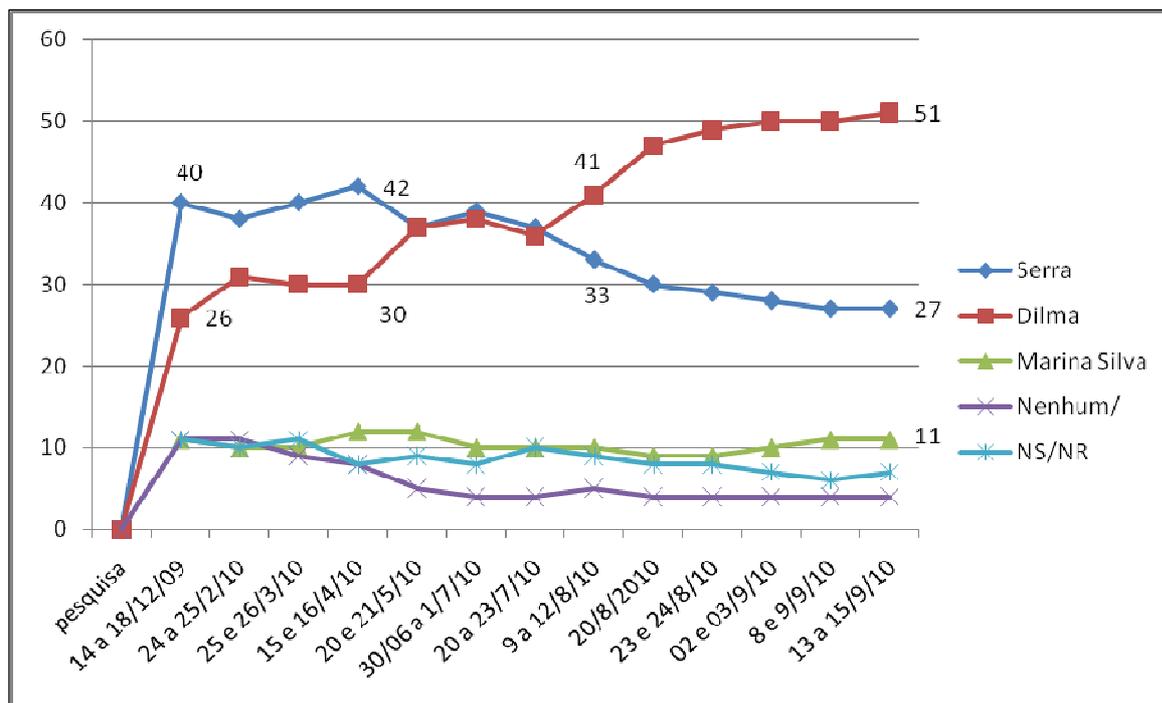
Obs: Até a pesquisa de maio de 2009, o cenário não incluía Marina Silva. A partir de agosto de 2009 não há mais cenário sem esta candidata.

Como se vê, durante o ano de 2008, em que a exposição da atual candidata Dilma Rousseff era relativamente pequena, ela não alcançava os 10%, sendo superada por outros dois candidatos, além de Serra (Ciro Gomes e Heloísa Helena). À medida que sua presença vai sendo mais projetada, ao longo de 2009 - quando já estava claro que ela era a escolhida pelo presidente Lula para ser a candidata do governo -, especialmente em inaugurações e solenidades ao lado do presidente, as intenções de voto na candidata crescem. Em maio daquele ano a então pré-candidata petista já estava em empate técnico com Ciro Gomes e a partir daí vai superá-lo, chegando a uma diferença de 10% em relação a Ciro ao final de 2009 (enquanto a candidatura de Heloísa Helena já havia sido descartada àquela altura). Serra tem pouca variação em suas intenções de voto nestes dois anos, embora sua tendência tenha sido de uma ligeira queda, ao longo de 2009. Em fevereiro de 2010 os dois principais candidatos se aproximam de um empate técnico, enquanto na pesquisa de abril, Serra abre uma vantagem de 10% sobre Dilma. Este crescimento parece estar associado ao espaço na mídia que Serra ganhou durante as primeiras semanas de março ao manifestar de maneira definitiva sua intenção de concorrer ao Planalto. De acordo com a mídia foi a primeira vez que Serra agira realmente como candidato.

A candidatura de Ciro Gomes continua oscilando negativamente (o que já vinha acontecendo desde agosto de 2009), chegando a 9% em abril, última em que aparece, já que quando da pesquisa Datafolha realizada em maio o candidato já havia desistido de sua candidatura. À medida que se fortalecia a candidatura de Dilma, se esvaziava a de Ciro. O Gráfico 1 mostra os dados a partir do final de 2009, quando passou a ser

apresentado aos eleitores um cenário próximo àquele em que se dará a disputa no 1º turno, onde aparecem apenas Serra, Dilma e Marina, sem Ciro e Heloisa Helena.<sup>13</sup>

**Gráfico 1. Evolução da intenção de voto no primeiro turno – 2008/10 (%) (Cenário sem Ciro Gomes e Heloisa Helena)**



Veja-se, inicialmente, que na pesquisa de dezembro de 2009, no cenário sem Ciro Gomes os candidatos Serra, Dilma e Marina faziam três pontos mais, cada um, do que faziam no cenário com Ciro (indo alguns pontos para brancos, nulos e indecisos). Nas pesquisas até abril, que mantinham também cenários com e sem Ciro, esta mesma tendência de divisão do “espólio” do candidato entre os demais se manteve.

Neste cenário, mais próximo ao que será o cenário após a definição oficial das candidaturas, ao final de 2009 Serra vencia Dilma por uma diferença de 14%. Ao final de fevereiro, na 1ª pesquisa feita (alguns dias) após o lançamento oficial de Dilma Rouseff como candidata pelo PT, a diferença caiu para 7%. Nas duas próximas pesquisas os dois

<sup>13</sup> A partir da pesquisa realizada entre os dias 20 e 23 de julho os cenários são apresentados contendo todos os candidatos que estão disputando efetivamente a eleição; antes desta data foram considerados apenas os cenários contendo os três principais candidatos. Como em todas as pesquisas nenhum dos candidatos “nanicos” ultrapassou 1%, isso não afeta a comparabilidade entre todas essas pesquisas e, também por isso, optamos por não apresentar as intenções de voto correspondentes a eles.

candidatos oscilaram dentro da margem de erro, mas a diferença subiu novamente, chegando a 12% na metade de abril. Durante todo este período Marina Silva oscilou em torno de 10 a 12%. Os indecisos mais votos brancos e nulos caíram, do final de 2009 a abril de 2010, de 22% para 16%. É entre a metade de abril e a terceira semana de maio que se dá um primeiro movimento de grande dimensão nas intenções de voto: Dilma cresce 7%, enquanto Serra cai 5%, registrando-se, então, um empate entre os dois candidatos. Nas duas próximas pesquisas (final de junho e terceira semana de julho) o empate técnico entre os dois permanece, enquanto Marina Silva oscila de 12% em maio, para 10% nestas duas últimas pesquisas. O percentual de brancos e nulos cai significativamente, chegando a 4% em julho. Os indecisos ainda são 10%. Um novo crescimento de Dilma Roussef (de 5%), acompanhado de queda de José Serra (de 4%) se dá entre a última pesquisa de julho (20 a 23) e a primeira de agosto (9 a 12): de um ponto percentual de vantagem para Serra passa-se a uma vantagem de 8% em favor da candidata petista. Pela primeira vez Dilma Roussef ultrapassa Serra e já por boa margem. E é relevante destacar que isso acontece após o início oficial da campanha eleitoral, mas ainda antes do início do HGPE. A intensificação da cobertura das eleições pela mídia, com debates e entrevistas em meios de comunicação de massa, talvez possa explicar parte dessa mudança, ao permitir que a vinculação da candidata ao governo Lula seja amplificada, além, é claro, da avaliação positiva que parte do eleitorado fez em relação à própria candidata, em suas aparições públicas.

A próxima pesquisa, realizada no dia 20 de agosto, portanto três dias após o início do HGPE (dia 17), mostra que a diferença anterior pró-Dilma Roussef mais que dobrou, indo de 8% para 17% (queda de 4% de Serra e subida de 5% de Dilma). A pesquisa do Datafolha realizada em 23 e 24/08 mostrava que a imagem de Dilma junto ao eleitorado brasileiro havia melhorado muito entre a pesquisa de maio (20 e 21/5) e aquela pesquisa.<sup>14</sup> Se em maio Serra era superior à candidata petista em quesitos como preparo para governar, preparo para combater a violência e para cuidar da área da educação, isso se reverte ao final de agosto. No item “candidato mais preparado para manter a estabilidade econômica”, havia um empate em maio e Dilma supera Serra em agosto;

---

<sup>14</sup> Deve-se notar que para isso devem ter contado não só os programas no HPEG, mas toda a cobertura da mídia, a partir do conjunto de aparições da candidata, em solenidades (ao lado de Lula), em entrevistas, debates etc.

como “candidato que mais defenderá os pobres”, Dilma amplia sua vantagem sobre Serra nesse intervalo de tempo. Embora Serra continuasse a ser o melhor avaliado nos quesitos “candidato mais experiente” e “mais preparado para cuidar da área da saúde”, Dilma melhorou sua imagem também aí.

De 20 de agosto até o início de setembro (pesquisa realizada nos dias 2 e 3), os candidatos oscilaram dentro das margens de erro, mas Serra para baixo e Dilma para cima, de forma que nesta última pesquisa a diferença chegou a 22%. Durante todo o período de julho ao início de setembro, Marina Silva oscilou entre 9% e 10%; brancos e nulos entre 4 e 5% e os indecisos declinaram de 10% para 7%.

As denúncias relativas à violação de sigilos fiscais de pessoas ligadas ao candidato José Serra estiveram em pauta nos meios de comunicação desde a última semana de agosto (e pelo menos desde o dia 2 de setembro, na campanha de Serra n Horário Gratuito), até o momento em que ocorreu a denúncia relativa ao “caso Erenice Guerra” (em 12 de setembro), quando esta passou a dominar a pauta. Provavelmente como resultado das denúncias relacionadas ao caso da violação de sigilos houve um declínio das intenções de voto em Dilma entre os mais escolarizados e de maior renda, no período entre a pesquisa imediatamente anterior às denúncias e a pesquisa da metade de setembro (13 a 15/09). Entre os que se declaravam bem informados sobre o assunto (apenas 12% do eleitorado, geralmente os de maior instrução), na pesquisa da metade de setembro, a soma das intenções de voto em Serra e Marina ultrapassava em 1% as intenções de voto em Dilma, cenário em que seria possível um segundo turno. Como estes segmentos correspondem a uma parcela muito pequena do eleitorado e como nos eleitores de baixa renda e escolaridade Dilma continuou crescendo, a variação agregada entre estas duas pesquisas acabou sendo positiva para a candidata, que subiu (no conjunto do eleitorado) de 47% para 51%, enquanto Serra oscilou de 29% para 27% entre as duas pesquisas mencionadas.

Quanto ao outro episódio de denúncias, envolvendo a então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, não é possível avaliar até o momento quais os eventuais impactos, dado que a primeira denúncia ocorreu no dia 12 de setembro, um dia antes do início da última pesquisa do Datafolha aqui analisada, e a segunda denúncia, que levou à renúncia da ministra, se deu no dia 16, já após aquela pesquisa. Além disso, ainda não se sabe se aparecerão novos fatos que poderiam aumentar a temperatura do escândalo.

É possível que este episódio tenha um pouco mais de impacto, na medida em que as denúncias envolvem empreguismo, tráfico de influência e cobrança de propina (relacionados à família da ex-ministra Erenice Guerra, ex-braço direito da candidata Dilma Roussef), temas mais fáceis de serem compreendidos pelos eleitores de menor nível de instrução, do que o episódio da quebra dos sigilos de pessoas ligadas ao candidato José Serra. Mas, sem que as denúncias acabem por atingir diretamente a ex-ministra Dilma Roussef, dificilmente trarão abalo suficiente para que se reverta uma vantagem tão grande quanto a existente ao tempo em este paper está sendo fechado.

Quando analisamos os dados desagregando as intenções de voto segundo variáveis socioeconômicas e políticas, verificamos o seguinte: inicialmente, no que respeita ao sexo dos eleitores, desde o início de 2010, pelo menos, a situação de Serra é melhor entre as mulheres do que entre os homens, o inverso ocorrendo com Dilma. Enquanto entre os homens Dilma passa Serra já na pesquisa feita em maio, só em agosto vai ocorrer essa ultrapassagem entre as mulheres. Mesmo no momento em que se finaliza esse texto, a vantagem de Dilma é de 30% entre os homens e de 19% entre as mulheres.<sup>15</sup>

No que respeita à idade dos eleitores, não houve uma evolução das intenções de voto seguindo qualquer regularidade. Uma tendência a destacar é uma maior volatilidade do voto dos mais jovens (16 a 24), faixa em que nas primeiras pesquisas de 2010 Serra vence com a maior margem, passando a mostrar vantagem elevada para Dilma até a penúltima pesquisa; já entre os mais velhos (60 anos ou mais) houve a menor volatilidade ao longo do período. Na última pesquisa aqui analisada Dilma Roussef vence por margens elevadas em todas as faixas, embora a maior diferença se desse na faixa de 35 a 44 anos e a menos entre os mais velhos.

Entre os eleitores de escolaridade fundamental foi maior a volatilidade ao longo de 2010: enquanto nas primeiras pesquisas era nesta faixa que Serra obtinha suas maiores vantagens, desde o começo do HGPE, é aí que Dilma Roussef obtém maiores diferenças em relação a seu adversário na última pesquisa aqui analisada. A volatilidade é bem menor entre os eleitores de alta escolaridade, mas mesmo entre eles houve uma virada significativa por parte de Dilma Roussef. Vale notar que depois da última pesquisa antes

---

<sup>15</sup> Não serão apresentadas aqui as tabelas a partir das quais foi feita essa análise, por problema de espaço. O mesmo vale para as análises relacionando às intenções de voto às demais variáveis.

das denúncias relativas ao caso do vazamento de sigilos houve um declínio da diferença pró-Dilma entre os mais escolarizados, o mesmo não acontecendo nas outras faixas.

Quanto à renda dos eleitores, até abril Serra vencia Dilma por uma diferença razoável em todas as faixas, mas especialmente na de mais de 10 salários mínimos. A partir daí seu declínio vai ocorrer principalmente nas faixas de mais baixa renda. À medida que grande parte desse eleitorado vai tendo clareza de que Dilma é a candidata defendida pelo presidente Lula, aumenta muito aí sua intenção de voto. O grande salto de Dilma se dá entre o final de julho e a primeira pesquisa após o início do HGPE. E isso vai ocorrer em todas as faixas, com exceção da de maior renda, onde Serra persistia vencendo, por mais uns dias. A tendência mais geral, especialmente depois de abril, é a de que Dilma se saiu melhor nas faixas de mais baixa renda (até 5 S.M.) do que nas de maior renda. Na última pesquisa analisada a candidata vencia em todas as faixas, por grande margem, com exceção da faixa de mais alta renda, onde havia um empate técnico entre ela e seu adversário. De forma semelhante ao que ocorreu em 2006, está ocorrendo em 2010 uma diferenciação significativa das intenções de voto segundo a renda dos eleitores. Novamente a vitória da candidatura que representa a continuidade do governo vence por margem muito maior entre os mais pobres.

A distribuição das intenções de voto por região revela uma diferenciação entre, de um lado, as regiões Sul e Sudeste e, de outro, as regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste. Enquanto nas primeiras as diferenças a favor de Serra eram maiores enquanto ele estava na frente da corrida eleitoral e as diferenças pró-Dilma são menores depois que ela passa à frente da disputa, nas outras regiões ocorre o inverso. Nas regiões Sul e Sudeste, só em agosto Dilma supera seu adversário, quando já o superava no Norte/Centro-Oeste desde abril e no Nordeste desde a primeira pesquisa de 2010. Na pesquisa de 13 a 15 de setembro vencida em todas as faixas, mas com diferenças variando entre 8% no Sul e 47% no Nordeste.

Passando a analisar a associação entre as intenções de voto e variáveis de natureza política, podemos ver na Tabela 3 que em março havia um empate entre Dilma e Serra entre os eleitores que avaliavam o governo como ótimo ou bom. A partir de abril, Dilma passa a vencer Serra nesse grupo (majoritário) de eleitores e essa vantagem se amplia a cada pesquisa, chegando a uma diferença de 40% em relação a seu adversário na última pesquisa sob análise. Na última pesquisa, 60% dos eleitores que avaliavam o governo positivamente pretendiam votar em Dilma. Outra leitura é a seguinte: 92% das intenções

de voto na candidata vinham dos que avaliavam o governo como ótimo ou bom, atestando a importância da aprovação ao governo no voto em sua candidata.

**Tabela 3. Intenção de voto segundo avaliação do governo Lula – 1º turno (%)**

<b>Data Pesquisa</b>	<b>Intenção de voto</b>	<b>Ótimo/Bom</b>	<b>Regular</b>	<b>Ruim/Péssimo</b>
25 e 26/3/10	Dilma	35	11	4
	Serra	35	54	53
	Marina	8	10	13
20 e 21/5/10	Dilma	44	14	4
	Serra	31	52	59
	Marina	9	12	18
20 a 23/7/10	Dilma	43	13	3
	Serra	32	54	58
	Marina	10	13	15
9 a 12/8/10	Dilma	49	16	6
	Serra	27	51	66
	Marina	10	12	11
23 e 24/8/10	Dilma	58	16	5
	Serra	23	50	60
	Marina	8	14	12
13 a 15/9/10	Dilma	60	20	6
	Serra	20	49	57
	Marina	9	17	15

Fonte: Datafolha

Já entre os eleitores que avaliavam o governo como ruim ou péssimo - contingente pouco expressivo -, Serra vencia por boa margem (entre 50% a 60%) desde março, não se alterando o quadro durante estes seis meses. Nesse grupo Dilma Rousseff oscilou entre 3% e 6% das intenções de voto. Assim, parece que aqueles que avaliam mal o governo identificaram mais cedo (do que os que o avaliavam bem) que Dilma era a candidata do governo, indicando intenção de voto consequente com sua avaliação. Já no grupo, muito mais expressivo, dos que avaliavam bem o governo houve mais demora em associar a candidata ao governo, ao que parece.

Uma variável importante de ser observada é a preferência partidária dos eleitor. Ao longo do segundo mandato do presidente Lula essas preferências têm se mantido concentradas principalmente no PT, já que, descontada a parcela de eleitores que afirma não ter preferência partidária (em torno de 55%, na média deste período) o PT responde por pouco mais da metade das preferências (em torno de 23% na média, variando entre 19 e 25% entre 2007 e 2010). O PMDB vem em segundo lugar, mas em declínio (9% em março de 2007, contra 6% em setembro de 2010). A seguir o PSDB, variando em torno

de 5 a 6%. O DEM, como o PMDB, declinou de 2,2% para 0,5%. Os demais partidos têm ficado com 1% ou menos das preferências dos eleitores.

A Tabela 4 mostra a evolução das intenções de voto, segundo as preferências partidárias dos eleitores, de maio de 2009 a setembro de 2010.

**Tabela 4 – Intenção de voto (1º turno), segundo partido de preferência (2009/10)**

Data Pesquisa	Candidato	PT	PMDB	PSDB	DEM	PV	Outros	Não tem	Total
26 a 28/05/09	Dilma	<b>31</b>	<b>12</b>	9	10	ND	13	8	<b>16</b>
	Serra	26	45	<b>65</b>	<b>56</b>	ND	38	53	38
14 a 18/12/09	Dilma	<b>44</b>	<b>16</b>	6	15	ND	23	16	<b>23</b>
	Serra	23	53	<b>67</b>	<b>63</b>	ND	35	37	37
25 e 26/03/10	Dilma	<b>50</b>	<b>18</b>	9	20	ND	27	20	<b>27</b>
	Serra	22	53	<b>73</b>	<b>59</b>	ND	43	35	36
20 e 21/05/10	Dilma	<b>69</b>	<b>31</b>	9	ND	7	31	28	<b>37</b>
	Serra	15	53	<b>83</b>	ND	15	46	39	37
	Marina	10	8	3	ND	<b>63</b>	14	12	12
30/06 e 1/07/10	Dilma	<b>70</b>	<b>29</b>	12	ND	ND	27	27	<b>37</b>
	Serra	17	50	<b>77</b>	ND	ND	47	42	39
	Marina	7	10	6	ND	ND	13	10	9
9 a 12/8/10	Dilma	<b>74</b>	<b>34</b>	15	32	9	37	32	<b>41</b>
	Serra	14	52	<b>75</b>	<b>45</b>	17	43	35	33
	Marina	8	10	9	19	<b>67</b>	11	11	10
23 e 24/8/10	Dilma	<b>81</b>	<b>46</b>	19	18	9	41	41	<b>49</b>
	Serra	8	42	<b>68</b>	<b>75</b>	21	39	32	29
	Marina	6	7	8	3	<b>65</b>	7	10	9
13 e 14/9/10	Dilma	<b>84</b>	<b>46</b>	10	35	12	53	42	<b>51</b>
	Serra	6	38	<b>80</b>	<b>50</b>	6	29	28	27
	Marina	5	10	5	6	<b>69</b>	11	12	11

Fonte: Datafolha.

É importante destacar o crescimento de Dilma entre os eleitores que manifestam preferência pelo PT: tinha 31% das intenções de voto nesse grupo, crescendo continuamente até chegar a 84% na última pesquisa. Subiu também, como esperado, entre os eleitores com preferência pelo PMDB, partido do candidato a vice em sua chapa. Mas, mesmo na última pesquisa, um percentual significativo de “eleitores peemedebistas” ainda pretendem votar em Serra (38%) A candidata também subiu entre os eleitores sem preferência partidária e - o que não se enquadra na ótica de um voto partidário - entre os eleitores com preferência pelo DEM. Serra é muito bem votado entre os “eleitores peessedebistas” (tem 80% de seus votos, na última pesquisa) e entre os

“demistas” (que desta vez, porém, estão mais divididos). As manifestações de preferência pelo PV têm subido um pouco, chegando a 1,6% na última pesquisa, mas isso é efeito em grande parte da campanha, não sendo possível saber se estas manifestações se tornarão mais duradouras, após as eleições. Marina tem em torno de 65% de intenções de voto entre estes eleitores.

De maneira geral, a análise da associação entre preferência partidária e voto repete o que aconteceu em eleições presidenciais anteriores: a maioria do eleitorado não tendo preferência partidária; entre os com preferência, a maioria dos eleitores petistas e peessedebistas votando nos respectivos candidatos e o PMDB dividido. Os eleitores com preferência pelo DEM (parcela cada vez mais insignificante) desta vez se dividiram mais do que de costume, quando concentravam mais seus votos nos candidatos do PSDB. Tudo considerado, o peso agregado das preferências partidárias nas intenções de voto não é muito forte, já que a maioria do eleitorado não têm preferência e parte dos eleitores que a manifestam não votam nos candidatos de “seus” partidos. De toda forma, para uma parcela que é significativa, há uma associação entre preferência partidária e voto, de forma que o peso dessa variável não pode ser desprezado.

Além de investigar a relação entre as intenções de voto e as variáveis acima, é importante tentar mensurar mais diretamente a possível influência do presidente Lula na decisão de voto. Desde o final de 2009 até a metade de setembro de 2010, entre 38% e 45% dos eleitores afirmavam que o apoio do presidente a um candidato os levaria a escolher esse candidato. Na última pesquisa este percentual era de 45% no conjunto do eleitorado, sendo 53% entre os eleitores mais pobres e dos menos escolarizados e 65% dos eleitores do Nordeste. Outros 16%, na última pesquisa, afirmavam que o apoio do presidente talvez os fizesse votar num candidato.

Resta saber se estas manifestações estão realmente associadas com as intenções de voto. Quando cruzamos os dados relativos a estas respostas com as intenções de voto em Dilma Roussef, na última pesquisa consultada, temos que 83,5% dos eleitores que afirmavam que o apoio do presidente os levaria a votar nesse candidato realmente pretendiam votar na candidata; dos que afirmaram que talvez levasse a votar, 41,4% votavam nela e entre os que afirmavam que o apoio do presidente levaria a não votar no candidato 9% votariam na candidata petista. Outra forma de ler os dados é a seguinte: dos votos (a serem) dados à candidata, 75% vinham daquela parcela dos eleitores que afirmava que o apoio do presidente os levaria a votar no candidato. Outros 13%, dos que

afirmavam que o apoio talvez os levasse a votar no candidato. Esses são dados que mostram a forte influência do presidente na decisão de voto a favor de sua candidata, no conjunto do país, devendo essa influência ser ainda maior entre os eleitores mais pobres, menos escolarizados e da região Nordeste do país.

Por fim, uma última análise tenta verificar se o programa Bolsa-Família pode ter uma influência específica sobre a decisão de voto. Embora só análises mais sofisticadas (multivariadas) possam gerar conclusões mais robustas quanto a isso, uma análise preliminar em busca de indícios nessa direção será feita aqui. Inicialmente, mostramos dados relativos ao atendimento do programa e de intenções de voto, por regiões brasileiras (Tabela 5). Como se vê, à medida que passamos da região Sul (com pouco mais de 10% das famílias atendidas) para a região Nordeste (com quase 40%), aumenta significativamente a intenção de voto na candidata do governo. O coeficiente de correlação (Pearson) entre as duas variáveis é de 0,98 (significativo ao nível de 0,01).

**Tabela 5. Atendimento Bolsa família x Intenção de Voto em Dilma, por regiões**

<b>Região</b>	<b>Famílias (mil)</b>	<b>Bolsa Família: famílias atendidas</b>	<b>% Famílias atendidas</b>	<b>Voto em Dilma (13 a 15/9/10)</b>
Sul	9.344	1.015.254	10,9%	42
Sudeste	26.552	2.949.548	11,1%	46
Norte/Centro-Oeste	8.881	1.896.027	21,3%	49
Nordeste	16.155	6.175.344	38,2%	65

Fontes: IBGE (Nº de famílias); Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (Nº de famílias atendidas pelo Bolsa Família); Datafolha (intenção de voto em Dilma Rouseff; 13 a 15/9/10) .

De forma semelhante, utilizando dados da pesquisa Datafolha de 13 a 15 de setembro, que foi aplicada a 11.784 eleitores de todo o país, conseguindo sub-amostras representativas para oito Unidades da Federação<sup>16</sup>, chegamos à mesma conclusão: em Pernambuco 37% das famílias são atendidas pelo Bolsa Família e Dilma tem 66% das intenções de voto; à medida que passamos para Unidades da federação com menor proporção de famílias atendidas pelo programa, cai o percentual de eleitores que pretendem votar na candidata. O coeficiente de correlação (r de Pearson) entre as duas variáveis é de 0,96 (significativo ao nível de 0,01).

<sup>16</sup> Não será apresentada aqui a tabela a partir da qual foi feita essa análise, por problema de espaço.

## Considerações finais

O que a evolução das pesquisas eleitorais mostrou, até o momento em que este paper foi concluído, é que a avaliação do governo Lula foi realmente o fator predominante na decisão da grande maioria do eleitorado. Os principais indícios que apontam nessa direção são: 1) o crescimento das intenções de voto em Dilma Roussef na medida em que aumenta o grau de conhecimento dos eleitores de que ela era a “candidata do Lula” (o que começa a ocorrer já na pré-campanha, quando aumenta sua exposição ao lado do presidente); 2) o fato de que 92% das intenções de voto na candidata, na última pesquisa analisada vinham dos que avaliavam o governo como ótimo ou bom; 3) a grande porcentagem de eleitores que afirmam que votariam com certeza no candidato apoiado pelo presidente (45% na última pesquisa aqui analisada). E deve-se ressaltar que 75% dos eleitores que dizem pretender votar na candidata fazem parte deste contingente, indicando que aquela afirmação se materializa efetivamente em voto.

Dito isso, cabe assinalar também que a candidata petista acabou se saindo relativamente bem na campanha. No HGPE a campanha conseguiu associar a candidata de forma muito clara com o presidente e com as ações de seu governo. Embora no início tenha tido alguns escorregões ao dar declarações ou responder perguntas em entrevistas, com o tempo e com o treinamento a que foi submetida por sua assessoria tem conseguido formar a imagem de uma administradora experiente e competente. Além disso, ao enfrentar situações complicadas que se apresentaram ao longo da disputa - em especial as denúncias envolvendo violações de sigilo na Receita Federal e a participação da ex-Ministra da Casa Civil, sua ex-assessora direta, Erenice Guerra em atividades de *lobby* – tem sabido minimizar possíveis danos eleitorais à sua candidatura.<sup>17</sup>

Os fatores citados permitiram à Dilma ela ser considerada como uma candidata competente, com experiência administrativa, que havia sido co-responsável pelo bom desempenho do governo e, portanto, poderia ser uma presidente que desse sequência, de forma apropriada àquelas políticas que tornaram o governo tão bem avaliado. Além disso, a campanha soube mobilizar bem o receio do eleitorado de que o “projeto” que havia sido desenvolvido ao longo do governo do presidente Lula pudesse ser descontinuado caso sua candidata não fosse eleita.

---

<sup>17</sup> Embora se possa questionar se do ponto de vista substantivo apresentou respostas claras e objetivas a estas denúncias.

No que respeita ao candidato José Serra, é possível atribuir parte de seu relativamente fraco desempenho eleitoral até aqui a estratégias equivocadas de campanha. Mas, é necessário contextualizar. Houve, realmente, variações bruscas na campanha de Serra, passando de um período inicial de certa brandura em relação à Dilma Roussef e de elogios ao presidente Lula (chegando inclusive a utilizar sua imagem no programa eleitoral) a um ataque duro contra o governo e à candidata, o que sugere certa falta de rumo na campanha. As críticas ao governo e à candidata aumentaram quando Serra foi ultrapassado por Dilma Roussef nas pesquisas e se ampliaram ainda mais após as denúncias já mencionadas mais acima. É possível contrastar essa estratégia com outras possíveis.

Uma alternativa seria não fazer campanha negativa, nem quando havia sido ultrapassado nas pesquisas, nem após as denúncias. Não parece uma estratégia razoável, se um candidato pretende reverter a tendência eleitoral negativa que se apresentava.

Outra seria começar a campanha tentando “desconstruir” Dilma já desde o início, tentando apontar a falta de experiência da candidata, suas contradições etc. Provavelmente pesou na decisão de não adotar esta linha, no momento do início da campanha (em que a situação era de certo equilíbrio eleitoral), o risco inerente às campanhas negativas, de um efeito *boomerang*, voltando-se contra o atacante, o que poderia inclusive beneficiar Marina Silva, com uma campanha bem mais *light* e propositiva. O fato de se tratar de uma mulher, como representante do governo na disputa eleitoral, também pode ter pesado na avaliação do comando da campanha de Serra, já que ser rude com uma mulher traz riscos potencialmente maiores do que se o candidato governista fosse um homem. Se esse risco era real, por outro lado no momento inicial da campanha a tendência era de crescimento de Dilma e era possível prever que essa tendência se ampliaria, à medida que proporções maiores de eleitores (que majoritariamente avaliavam bem o governo) associassem Dilma a Lula. Portanto, uma estratégia de começar a campanha negativa desde o início poderia ter contribuído (na medida em que as críticas tivessem sucesso) para frear, ou até mesmo reverter, esta tendência de crescimento da candidata; além disso, poderia ter evitado a avaliação de que as críticas à candidata e ao governo eram fruto do desespero eleitoral, já que teriam começado num momento de relativo equilíbrio. Note-se que reportagens sobre o dossiê que foi encontrado em comitê eleitoral da candidata, com os dados de sigilos violados, já haviam aparecido em maio (Veja) e junho (Datafolha). Estas informações só foram

utilizadas na campanha de Serra ao final de agosto, quando surgiram novas denúncias e o candidato já estava numa posição eleitoral bastante debilitada. Uma estratégia que começasse a campanha já tentando apontar as eventuais debilidades de Dilma como candidata poderia ter sido mais adequada, mesmo com os riscos aí embutidos.

Na realidade, do ponto de vista eleitoral, a escolha da estratégia na campanha de Serra não era fácil, porque a estrutura da competição eleitoral não lhe era favorável. Trata-se de uma eleição favorável à continuidade de um governo muitíssimo bem avaliado.

De toda forma, caso se confirmem as previsões mais prováveis sob o cenário atual<sup>18</sup>, e a candidata Dilma Roussef seja eleita (em 1º ou 2º turno), talvez uma reflexão que deva ser feita pelos partidos derrotados é em relação à maneira de fazer oposição, não só no momento pré-eleitoral. Houve muito pouca oposição ao governo Lula, em boa parte por conta da popularidade do presidente. As pesquisas de opinião têm norteado a ação de muitos líderes da oposição, que muitas vezes não criticam ações do governo, não analisam sistematicamente os resultados das políticas do governo Lula, apontando suas eventuais inconsistências, não denunciam com veemência atos que mereceriam mais dureza nas críticas, tudo isso por medo de serem identificados como opositores de um governo tão bem avaliado. Com isso, têm deixado terreno livre para que o governo faça prevalecer sua versão da realidade social, econômica e política do país. Deixar para fazer oposição apenas a menos de dois meses da eleição, quando percebe que suas chances eleitorais são pequenas, parece ser uma estratégia equivocada.

Nesta mesma linha, pautados pelos resultados de pesquisas de opinião, líderes da oposição e, em particular, do PSDB, cometem outro equívoco grave ao não defender o legado do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. As pesquisas mostram que a imagem que ficou do governo é predominantemente negativa. Certamente há razões para parte dessa avaliação negativa. Mas, em parte, as avaliações e imagens sobre governos são construídas no debate político. Se a (atual) oposição não tentar influenciar esta avaliação, defendendo o governo FHC, certamente vai prevalecer com muito mais força a versão propalada pelo PT e pelo presidente Lula, extremamente negativa quanto aos resultados do governo tucano. Em vez de tentarem “disputar” a opinião pública com a versão propalada pelo governo, porém, os líderes da oposição e, em particular, os

---

<sup>18</sup> No momento em que o texto está sendo fechado, 19 de setembro.

candidatos a presidente pelo PSDB (Serra em 2002 e 2010, Alckmin em 2006) têm preferido não tocar no assunto, tentando não se vincular àquele governo. Não há, contudo, como se desvincular; são grandes líderes do partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Serra foi seu ministro em duas pastas. Sem defender o governo FHC ficam apenas com o ônus (acentuado pelos adversários), sem ficar com os eventuais bônus. Talvez seja mais útil à oposição, caso seja derrotada, reavaliar a forma como tem feito seu trabalho de fiscalização e crítica ao governo, bem como sua inapetência para defender suas concepções e o desempenho que teve no passado.

Ainda no âmbito da campanha, outro ponto que debilitou Serra foi a divisão interna do partido e a falta de campanhas mais sólidas nos Estados. A disputa entre Serra e Aécio pela candidatura e - após a desistência de Aécio - a virtual ausência de apoio do ex-governador mineiro a Serra na campanha, até agora, foi fator importante para o fraco desempenho de Serra, especialmente, mas não só em Minas Gerais. Além disso, em vários Estados mesmo candidatos a governador e a senador que acompanham Serra quando de suas visitas a seus Estados, sequer colocam Serra em sua propaganda no HGPE, enquanto Dilma e Lula aparecem fortemente nas campanhas de candidatos a governador e a senador em todo o país. Certamente isso é influenciado pelo fato de que quando a propaganda eleitoral gratuita começou Serra estava em queda e Dilma subindo, mas principalmente os candidatos a governador e a senador não querem ter sua imagem vinculada ao candidato (Serra) mais claramente associado como oposição a Lula.

Do ponto de vista de outros recursos (dinheiro e tempo de HGPE), Dilma gastou bem mais até aqui e partiu com vantagem no HGPE, embora o tempo de que Serra dispõe não seja pequeno.

Concluindo, a grande vantagem de Dilma até aqui pode ser atribuída em parte a: a) uma maior estrutura de campanha (incluindo aí tempo de TV e apoios mais sólidos nos Estados), b) a certos equívocos na estratégia de campanha de Serra, c) à divisão interna no partido e, especialmente, a falta de apoio de Aécio Neves - liderança que poderia, caso tivesse se engajado mais na campanha, ter contribuído para uma melhora no desempenho eleitoral do candidato do PSDB. Além disso, d) o fato de a oposição ter feito uma oposição débil ao presidente Lula durante os oito anos de governo (com exceção do período do auge do mensalão, no segundo semestre de 2005 ou em episódios como o do “dossiê dos aloprados”) tem, a nosso ver, também certo peso na explicação da grande vantagem da candidata governista, até o momento. Mas, certamente nenhum destes

fatores tem peso comparável à avaliação altamente positiva de que o governo Lula desfruta junto a grande maioria do eleitorado. Questionar parte da propaganda que o governo faz de seus próprios méritos e, principalmente, tentar se contrapor ao esforço continuado do PT e do presidente Lula em criticar o governo do presidente FHC poderia ter diminuído um pouco a diferença de avaliação entre estes dois governos no seio do eleitorado. Mas, em grande medida esta avaliação positiva está ancorada num conjunto de políticas (e de circunstâncias) que acabaram por melhorar significativamente a vida de um percentual significativo de brasileiros, especialmente de baixo poder aquisitivo. O destaque vai para as políticas econômica - que além de manter a estabilidade acabou por gerar crescimento econômico e redução da pobreza – e social, em especial o Bolsa Família.

Quanto aos questionamentos éticos a práticas do governo (violação de sigilos fiscais) ou de sua candidata (acusação de formação de dossiê contendo dados dos sigilos violados), vale a pena um paralelo com os episódios do “mensalão” (em 2005) e do “dossiê dos aloprados”, às vésperas do primeiro turno da eleição presidencial de 2006. Naqueles dois casos, não havia provas da participação do presidente, nem suspeita de que o presidente houvesse se beneficiado financeiramente do mensalão. Mas, o caso do “mensalão” envolvia denúncias a membros do alto escalão do governo Lula muito mais graves do que as feitas agora; o caso do “dossiê dos aloprados” envolvia uma montanha de dinheiro apreendido (e fotografado) pela polícia. E nem por isso o presidente deixou de vencer a eleição por boa margem no segundo turno. O caso atual - em que houve vazamento de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato da oposição, aliado à denúncia de que foi encontrado num comitê de campanha da candidata um dossiê baseado em dados desses sigilos violados - apesar da gravidade, é de mais difícil compreensão por parte do eleitorado.

Quanto ao outro episódio de denúncias, envolvendo a então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, não é possível avaliar até o momento quais os eventuais impactos, dado que a primeira denúncia ocorreu no dia 12 de setembro, um dia antes do início da última pesquisa do Datafolha aqui analisada, e a segunda denúncia, que levou à renúncia da ministra, se deu no dia 16, já após aquela pesquisa. Além disso, ainda não se sabe se aparecerão novos fatos que poderiam aumentar a temperatura do escândalo.

É possível que este episódio tenha um pouco mais de impacto, na medida em que as denúncias envolvem empreguismo, tráfico de influência e cobrança de propina

(relacionados à família da ex-ministra Erenice Guerra, ex-braço direito da candidata Dilma Roussef), temas mais fáceis de serem compreendidos pelos eleitores de menor nível de instrução, do que o episódio da quebra dos sigilos de pessoas ligadas ao candidato José Serra. Mas, sem que as denúncias acabem por atingir diretamente a ex-ministra Dilma Roussef, dificilmente trarão abalo suficiente para que se reverta uma vantagem tão grande quanto a existente ao tempo em este paper está sendo fechado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alberto. **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. Rio de Janeiro: Record, 2008 (Introdução e cap. 1, pp. 15-62).
- CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. *Política & Sociedade*, vol. 6, n. 10, abril de 2007.
- \_\_\_\_\_. Ciclos político-eleitorais, conjuntura eleitoral e sucessão presidencial em 98. **Correio Brasiliense**, Brasília, 28/06/1998.
- FIGUEIREDO, Rubens. Opinião pública, intencionalidade e voto. **Opinião Pública**, v II, n. 2, 1994.
- FIORINA, Morris. **Retrospective voting in American national elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.
- HUNTER, Wendy e POWER, Timothy. Recompensando Lula: poder Executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, Carlos R. e SÁEZ, Manuel A. **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007 (pp. 327-366).
- KEY, V.O. **The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1966**. Cambridge: Belknap Press, 1966.
- KINZO, M. D'Alva. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real. In: PINTO, Céli, GUERRERO, Hugo. **América Latina: o desafio da democracia nos anos 90**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- LAVAREDA, Antonio. Emoções ocultas e estratégias eleitorais. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEWIS-BECK, Michael. **Economics & elections: the major western democracies**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1988.
- LÍCIO, Elaine, RENNÓ, Lúcio e CASTRO, Henrique. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, n. 15, Junho 2009.
- MILLER, Warren & SHANKS, J. Merrill. **The new american voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- MENDES, Manuel T., VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, v. II, n. 2, 1994.
- MUSZYNSKI, Judith & MENDES, Manuel T. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1990.
- POPKIN, Samuel L. (2nd ed.). **The reasoning voter - communication and persuasion in presidential campaigns**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- WATTENBERG, Martin. **The rise of candidate-centered politics (presidential elections of the 1980's)**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- RAHN, Wendy et al. A social-cognitive model of candidate appraisal. In: FERREJOHN, John & KUKLINKI, James (ed.) **Information and democratic processes**. University of Illinois Press, 1990.